

Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária

Organização do Trabalho

Bianca A. Lima Costa - bialico@yahoo.com.br

Magda de Almeida Neves - mneves@pucminas.br

PUC-MG

Resumo:

O artigo aborda o tema da inserção feminina na economia solidária por meio de pesquisa qualitativa realizada em dois empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem de Belo Horizonte. Buscou-se identificar as motivações das trabalhadoras para a integração nos grupos, as percepções delas acerca das vivências em espaços autogestionários e as implicações dessa participação em suas vidas. A hipótese norteadora desse trabalho é a de que as mulheres empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho têm a possibilidade de inserção social e acessam redes de solidariedade que podem proporcionar o fortalecimento de vínculos, de sociabilidade e de empoderamento.

Palavras-chaves: *Economia Solidária, relações de gênero, autogestão, autonomia.*

1 - Introdução

A participação das mulheres em atividades remuneradas aumentou, principalmente nos últimos trinta anos. Tal mudança é resultado de um conjunto de transformações de ordem social, econômica e cultural. Apesar disso, essa integração ainda é marcada pela desigualdade. As trabalhadoras continuam recebendo menos do que os homens em tarefas similares, concentram-se em nichos ocupacionais femininos e ocupam menos cargos de chefias. Estão mais expostas ao desemprego e a ocupações precárias e informais, em que se destaca o trabalho doméstico. A escolaridade feminina tem peso menor se comparada à masculina. As tarefas de cuidado continuam atribuídas majoritariamente à responsabilidade das mulheres, em que a maternidade aparece como ponto preponderante. A baixa distribuição das atividades domésticas representa sobrecarga às trabalhadoras e desvantagens na busca por empregos (Araújo e Scalón, 2005).

O resultado dessas trajetórias pode ser expresso no fenômeno da feminilização da pobreza. A segregação ocupacional, a precarização e o acesso a espaços diferenciados representam limites à obtenção de recursos e poder pelas mulheres (Oliveira e Ariza, 1997). Para elas, a realidade de carências é mais intensa, na medida em que realizam muitas atividades não remuneradas. No Brasil, é possível afirmar que os domicílios sob responsabilidade feminina estão entre os mais pobres, proporção que cresce a cada dia. Tais fatores contribuem para a exclusão social feminina que se caracteriza por processos de rejeição e perda de identidade (Bandeira e Melo, 2005). Trata-se de experiências que envolvem a falência de laços comunitários, retração das redes de sociabilidade e quebras dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade (Lavinias, 2002).

Diante desse quadro, acredita-se que uma das alternativas para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social são as iniciativas de geração de trabalho e renda. Trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos na chamada economia solidária que, segundo Gaiger (2004), consiste numa alternativa de produção baseada no reflorescimento do associativismo econômico.

Trata-se da associação produtiva entre os trabalhadores, que visa colocar em benefício a capacidade de trabalho que possuem, em lugar de aliená-la como instrumento do seu próprio jugo, assim instaurando as bases de uma economia do trabalho que subverte a lógica de produção de mercadorias e converte a economia, de imperativo absoluto, em meio de realização de necessidades, de fruição e bem-estar. (GAIGER, 2004, p. 7-8)

O autor ressalta que os **empreendimentos econômicos solidários** constituem as células básicas da economia solidária. Tais iniciativas apresentam-se em diversas modalidades de organização econômica por meio da livre associação de trabalhadores e têm alguns princípios norteadores tais como: **autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade**. As alternativas coletivas de sobrevivência aglutinam indivíduos excluídos do mercado de trabalho ou motivados por convicções próprias. As atividades desenvolvidas abrangem diversos setores e podem ser consolidadas sob formas diferenciadas de organização (cooperativa, associação, grupos de produção, empresas de autogestão). Sob a perspectiva de uma nova racionalidade produtiva, essas experiências têm como sustentação a solidariedade e atendem necessidades materiais e aspirações não-monetárias, como inserção social

e autonomia. Nesse sentido, são espaços capazes de proporcionar aprendizagem e experimentação democrática (Gaiger, 2003).

Guérin (2005) afirma que a inserção das mulheres na economia solidária pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero. Tais experiências consistem em **espaços intermediários** entre público e privado e contribuem para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres. As iniciativas possibilitam o desempenho da **justiça de proximidade**, essencial para o enfrentamento do caráter multidimensional da pobreza.

Elle consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, elle consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido. (GUÉRIN, 2005, p. 19)

Segundo a autora, essas experiências consolidam-se ainda como **espaços de diálogo**, reflexão e de deliberações coletivas, como forma de acesso à fala pública para indivíduos e grupos que geralmente não os têm. Trata-se de favorecer a redefinição da articulação entre a família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil.

Nesse sentido, a participação das mulheres, na economia solidária, constitui fio condutor central deste artigo que analisa as trajetórias ocupacionais de integrantes de dois empreendimentos econômicos solidários do setor de reciclagem (**Comarp e Coopersoli**), em Belo Horizonte. As iniciativas, em questão, são compostas, majoritariamente, por trabalhadoras e realizam ações de coleta, triagem, prensagem e venda de materiais recicláveis. Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa consistem em entrevistas temáticas semi-estruturadas realizadas com as trabalhadoras e visitas constantes aos dois grupos selecionados. Segnini (2003) ressalta a relevância das indagações de natureza qualitativa como forma de compreender a condição social e concreta da vivência de determinadas situações, como o desemprego, por exemplo. O enfoque dos relatos individuais interroga sociologicamente o que é possível compreender do contexto social. Para tanto, no período de maio a dezembro de 2006, foram realizadas 21 entrevistas

qualitativas com parte das integrantes da **Comarp** (7) e da **Coopersoli** (14).

A hipótese norteadora desse estudo é a de que as mulheres empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho têm a possibilidade de inserção social e acessam redes de solidariedade que podem proporcionar o fortalecimento de vínculos, de sociabilidade e de empoderamento. Para efeito de análise, pretendemos abordar três aspectos principais: 1) as motivações que levam as trabalhadoras a participarem das iniciativas pesquisadas; 2) a percepção das entrevistadas sobre os processos de autogestão; e 3) as apropriações e vivências possibilitadas às mulheres por meio da participação nas experiências.

2 - A inserção na economia solidária

Os empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem são iniciativas relativamente recentes e que, em muitos casos, recebem apoio do poder público ou de entidades da sociedade civil. As duas experiências pesquisadas estão inseridas na política pública de coleta seletiva da cidade de Belo Horizonte e contam com assessoria técnica de organizações não-governamentais. Ambas recebem o material recolhido pela prefeitura em residências, condomínios e empresas e têm como função principal separar cada reciclável para ser vendido. A **Comarp** - Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha - é uma associação que iniciou suas atividades, em março de 2004. O grupo é composto por 10 pessoas, dos quais 7 são mulheres, e atinge um beneficiamento mensal de 10 toneladas, com retirada média de R\$ 150,00. A **Coopersoli** - Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região - foi fundada através da mobilização de grupos organizados de quatro comunidades da região do Barreiro. A cooperativa é composta por 21 pessoas, dos quais 16 são mulheres, e beneficia cerca de 39 toneladas de material reciclável por mês, o que representa renda média de R\$ 350,00 em regime parcial de trabalho.

Em princípio, é importante destacar que as trajetórias ocupacionais das mulheres que integram os empreendimentos, anteriores a inserção na economia solidária, são marcadas por trabalhos precários, em grande medida inscritos na informalidade. Parte significativa das trabalhadoras desenvolvia atividades como domésticas e no setor de serviços. Muitas iniciaram o trabalho remunerado ainda

cedo, quando crianças e adolescentes, o que pode ter influenciado a baixa escolaridade de algumas delas. Caminhos que são interrompidos pelo casamento ou pela chegada de filhos. A maternidade constitui o principal elemento capaz de paralisar as atividades profissionais dessas mulheres e, de acordo com Araújo e Scalon (2005), permanece ainda a forte percepção da responsabilidade feminina com o cuidado das crianças. É interessante notar que as trabalhadoras, inseridas nos empreendimentos, em sua maioria, têm filhos mais velhos e, por isso, nessa fase, estão mais disponíveis para outras atividades fora de casa.

Nesse sentido, os motivos, para estar nos empreendimentos solidários, são diferenciados e marcados pelas trajetórias de vida de cada uma. A vulnerabilidade, vivenciada no excludente mercado de trabalho, representa o primeiro impulso para inserção às alternativas solidárias. Alternativas que, contraditoriamente, representam falta de opção para algumas e esperança de melhoria para outras.

Estar nos empreendimentos solidários, por causa do desemprego, está expresso nas falas de parte das entrevistadas. Na impossibilidade de conseguir outro tipo de ocupação, elas chegam à cooperativa e à associação em busca de trabalho e renda. Os motivos para a difícil inserção no mercado de trabalho são diversos e agrupam um conjunto de desvantagens que impedem o acesso à formalidade. Uma das questões levantadas relaciona-se à idade das trabalhadoras. Ao atingir uma faixa etária acima dos 40 anos, por exemplo, conseguir um emprego torna-se uma tarefa bastante complicada. O longo período sem ocupação, a baixa escolaridade e a pouca experiência são, também, alguns dos fatores citados como dificuldades encontradas para a inserção no trabalho formal.

Vários estudos ressaltam o aumento do desemprego e da vulnerabilidade social relacionados aos impactos da reestruturação produtiva. As mudanças advindas desse processo geraram formas mais flexíveis de contratação e uso da força de trabalho. O resultado é a incidência de maior precarização das condições e direitos dos trabalhadores, sob o modelo da terceirização, trabalho informal, subcontratação, entre outros. A adaptação a essa nova dinâmica é permeada pela insegurança. A informalidade deixa de ser uma situação transitória para se tornar permanente, numa constante relação entre formal e informal (Druck, 2002; Neves, 2000; Lima, 2006).

Diversas pesquisas apontam para uma forte desigualdade em relação às conquistas femininas na estrutura produtiva. No que se refere à escolaridade, por exemplo, constata-se a presença de extremos entre trabalhadoras bem qualificadas, que ocupam cargos importantes, e a continuidade daquelas, com baixa escolaridade, vinculadas a formas precárias de ocupação e sem direitos sociais (Neves, 2006; Hirata, 2001/2002; Bruschini, 2000; Lavinias, 2000). Segundo Lima (2006), é no contexto da flexibilidade que crescem a informalidade e formas atípicas de trabalho como opções ao assalariamento.

Mesmo o “movimento” da economia solidária não reflete exatamente uma movimentação prévia ou de reivindicações coletivas, mas uma alternativa de sistematização de opções de trabalho e renda a partir de formas autogeridas de produção, como resistência ao crescente desemprego e à exclusão social de contingentes cada vez maiores da população. (LIMA, 2006, p. 308)

Muitas mulheres encontram na economia solidária a única opção de trabalho num movimento em que a perda de referenciais é algo preponderante, ou seja, não há mais espaços capazes de admiti-las ou aceitá-las. A opção e a motivação para estar nesses grupos são permeadas pelo sentido de desfiliação.

Por outro lado, embora o desemprego seja um componente fortemente responsável pela inserção nos empreendimentos solidários, essa não é a única motivação. Trabalhar em condições precárias ou em atividades consideradas sem perspectiva motivou algumas das entrevistadas a optar por uma outra forma de trabalho, em que a possibilidade do novo apresenta-se como um incentivo na procura por mudanças. Essa referência relaciona-se às atividades como o emprego de domésticas que, em muitos casos, já analisados, expõe as trabalhadoras a situações de exploração, em ações cotidianas, repetitivas e monótonas. Vivenciar uma atividade nova, com relações diferenciadas, implica romper alguns limites e experimentar a esperança de melhorias.

Mas aí depois eu pensei que queria uma coisa diferente na minha vida. Tava cansada de trabalhar na casa dos outros. Por mais, assim, que a maioria das pessoas que fui trabalhar me tratavam bem e tudo, mas pensava assim: eu queria uma coisa nova para mim. (Rosilene, Comarp)

Outro conjunto de motivações, identificado entre as entrevistadas, está relacionado às ações propositivas baseadas no empenho das trabalhadoras, em

construir possibilidades de ocupação. Na **Coopersoli**, um dos empreendimentos estudados, o difícil acesso das mães ao mercado de trabalho foi responsável pelo empenho de líderes comunitárias em buscar formas alternativas de geração de renda em suas comunidades. Essas mulheres militantes em seus bairros, em movimentos sociais ligados à questão da moradia, dispunham da confiança de muitos moradores que depositaram esperanças em suas propostas. O alto índice de desemprego, principalmente feminino, no conjunto habitacional em que moravam, foi o principal motivador para a construção de soluções comuns. As percepções de que as mulheres são mais afetadas pela falta de emprego aparece, nas entrevistas, relacionadas às condições impostas pelas relações de gênero. Para elas, a presença de filhos e a falta de equipamentos públicos destinados aos cuidados de crianças pequenas são empecilhos para às ocupações fora de casa. Os empregos disponíveis, nos bairros onde moram, não são atrativos devido aos baixos salários. Trabalhar longe de suas residências, localizadas em bairros de periferia, representa um alto custo com transporte e a disposição de um grande tempo para o deslocamento até o serviço. As obrigações das tarefas na esfera doméstica, de responsabilidade quase exclusivamente feminina, são ressaltadas pelas mulheres. Até a demora no trajeto de casa ao trabalho pode significar dificuldades, já que isso representa o maior tempo em que os filhos, em muitos casos, ficam sozinhos. Por outro lado, as necessidades materiais são preponderantes para a sobrevivência das famílias. A renda das mulheres é importante como forma de complementação dos rendimentos ou a única fonte de recursos. Outro aspecto muito ressaltado pelas entrevistadas é a possibilidade de busca de autonomia, no sentido de conseguirem a realização não só de uma condição de vida mais digna, mas também de conquistas individuais.

Nesse sentido, a inserção em um trabalho mais flexível e próximo de suas casas consistiu em vantagens comparativas e incentivou a consolidação da cooperativa. A soma de aspectos adequados às mães trabalhadoras, chefes ou não de família, foi fundamental para possibilitar a inserção das mulheres, desocupadas justamente devido a esse conjunto de fatores.

Depois que os filhos cresceram, aí que surgiu a idéia da gente trabalhar (...). O emprego tava meio difícil, eu com filho, seria mais difícil em manter direto

trabalhando. Os filhos ficariam mais abandonados. Optei por nós montarmos uma cooperativa de reciclagem, igual hoje eu estou nela. Porque era mais a gente trabalhar, porque carteira assinada a gente tem que cumprir o horário certinho, e se a gente não cumprir o horário, a gente é mandado embora. Aqui a gente conversa com as pessoas. Elas entende o problema da gente. É mais fácil para quem é mãe de família, né? Para assim, ao mesmo tempo trabalhar e cuidar dos filhos. Aí estou aqui tem três anos já. (Lúcia Helena, Coopersoli)

Dessa forma, ressalta-se a organização comunitária como capaz de articular atores sociais na consolidação de soluções locais. São as líderes, portanto, as responsáveis pela mobilização dos integrantes que compõem os empreendimentos e o empenho na construção dos grupos. Como foi salientado anteriormente, Guérin (2005) ressalta que tais experiências podem ser interpretadas a partir da noção de **justiça de proximidade**, pois são capazes de atenuar as insuficiências de uma justiça centralizada, padronizada e assexuada. O que se busca afirmar é que há uma outra racionalidade presente, na forma de inserção nesses grupos, que não pode ser desconsiderada nas análises sobre qualquer dimensão do trabalho associado.

Em síntese, as motivações para a inserção das trabalhadoras nos empreendimentos da economia solidária são diversas e complexas. Não se pode limitá-las a situações únicas, embora seja possível destacar, alguns denominadores comuns. Um deles, refere-se a inserção na associação ou cooperativa representada pelo sentido de incapacidade, na medida em que o desemprego é algo que representa uma perda fundamental. De outra forma, o trabalho associado pode significar a possibilidade de inclusão social vivenciada por uma nova experiência associativa, para muitas entrevistadas, carregadas de esperança. E, em última instância, pode representar uma possibilidade de geração de renda, o significa uma ação positiva e propositiva, em que se busca o crescimento coletivo e comunitário.

3 - O trabalho autogestionário

A organização dos empreendimentos econômicos solidários tem como um dos principais pressupostos a autogestão. As relações de trabalho mais igualitárias, nas quais trabalhadores e trabalhadoras têm acesso à tomada de decisões, apresenta-se como um dos pilares do ideário da consolidação de iniciativas da economia solidária. Mas, o projeto da gestão compartilhada representa novas responsabilidades e desafios. Outros aspectos norteadores, conforme descreve

Gaiger (2004), buscam também ser visualizados nas experiências associativas. Os princípios da democracia e da participação, por exemplo, reforçam o argumento de que a inserção, nos grupos, depende de um exercício diário de comprometimento com o projeto coletivo. Ressaltam-se ainda, as bases do igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social como importantes ao funcionamento dos empreendimentos. Essas questões, em geral, exigem mudanças de posicionamento nas atividades produtivas. O desejo de ver internalizado tais princípios, nas cooperativas e nas associações, não se traduz, necessariamente, na efetivação desses valores na prática, mas representa um processo dinâmico de experimentação e questionamentos.

A inserção das mulheres, em espaços cujos elementos ressaltam características democráticas e autogestionárias, remete a reflexões sobre as desigualdades sociais de gênero. Em tese, as vivências mais igualitárias, base da economia solidária, podem representar possíveis caminhos para a busca da autonomia feminina. Cabe salientar, no entanto, que tais trajetórias são experimentadas sob a marca de antagonismos. É importante destacar que a motivação para a busca do trabalho, nos empreendimentos, aponta pistas sobre a apropriação do projeto coletivo. Enquanto há trabalhadoras mobilizadas por incapacidades e por perdas, outras são envolvidas por ações ativas e propositivas. Esses são aspectos que influenciam as percepções diferenciadas sobre as potencialidades ou não da integração nas organizações associativas.

Em princípio, um dos pontos que aparece com destaque nas falas das trabalhadoras refere-se à concepção de que a participação na associação e na cooperativa significa a experiência de “não ter patrão”. O fato de não haver um chefe que toma decisões e é capaz de impor suas vontades sobre o coletivo é bastante valorizado pelas entrevistadas. A centralidade do comando, que pode pressupor autoritarismo e injustiça, difere-se do ambiente autogestionário em que todos têm a oportunidade de participar. A possibilidade de diálogo e de compreensão se amplia devido, por exemplo, à facilidade de acesso à diretoria. As relações mais horizontalizadas contribuem para a superação de limites pessoais. Algumas trabalhadoras passam a se compreender como agentes capazes de, em alguma medida, reivindicar, reclamar, participar.

Eu acho interessante, porque, nas empresas, você não participa de nada. Você faz seu serviço e vai embora para casa. Aqui não. Aqui você participa de tudo. Eu acho muito importante essa participação da gente, nas decisões, em tudo que tem que fazer. Melhor do que em firma. Lá você faz seu serviço e não tem nada com isso, com o resto. E a cooperativa não, você tem que dar seu palpite. Você tem que dar sua opinião, mesmo que ela não é aceita, mas você tem direito de dar sua opinião. Falar o que você tá pensando. Então, isso é importante. Coisa que em uma firma, num lugar de firma, eles não te dão essa oportunidade de fazer. (Elis Regina, Coopersoli)

Os outros trabalhos, a gente não tinha muita liberdade de fazer as coisas que você queria fazer. Porque na verdade você era empregado, né? Empregado, então, você tinha que fazer aquilo que os meus patrões queriam. Aqui não. A gente tem a autogestão, porque nós somos donos. Então, a gente tem a facilidade de discutir as coisas e resolver junto. Não é uma pessoa só que decide. A gente pode colocar as nossas idéias de acordo com que a maioria resolver, a gente acata. (Rosilene, Comarp)

As mulheres podem vivenciar espaços mais democráticos de convivência e muitas delas reconhecem ser estes ambientes importantes para suas conquistas, porque exercitam cotidianamente a participação. Estar nos empreendimentos é diferente de ser empregada numa empresa tradicional. A inserção, nos grupos, proporciona o sentimento de pertencer a atividades produtivas consideradas mais autônomas. Significa fazer parte de um projeto em construção com perspectivas de ampliação.

Albuquerque (2003) descreve a autogestão como um conjunto de práticas sociais caracterizado por ações democráticas de tomadas de decisão, que proporcionam autonomia a um coletivo. Trata-se de um exercício compartilhado que articula relações sociais de cooperação mais horizontais. Essa experiência abarca um caráter multidimensional que envolve aspectos sociais, econômicos e técnicos, o que leva a compreendê-la como uma modalidade de gestão diferenciada. A perspectiva de ação coletiva, nesse sentido, não encontra necessariamente caminhos lineares, pois as apropriações de espaços coletivos ocorrem de múltiplas formas.

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes papéis sociais de cada um dentro da organização; a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma forma de organização e de divisão do trabalho. (ALBUQUERQUE, 2003, p.20-21)

A autogestão na “outra economia”, conforme denomina o autor, é essencial para uma prática social baseada na repartição do poder, de ganhos, na união de esforços e no estabelecimento de uma outra maneira de agir coletivamente. Baseada na ação social, busca-se a reapropriação da força produtiva geral, a promoção do desenvolvimento do indivíduo como sujeito social e também resignificação das práticas sociais relacionadas à organização do trabalho.

Mas é importante ressaltar que a prática da dinâmica autogestionária, nos empreendimentos pesquisados nesse estudo, apresenta várias tensões. Além da nova responsabilidade, diferentemente de um emprego comum, a gestão compartilhada pode parecer confusa e de difícil assimilação. Muitos conflitos surgem com base nesse argumento. O limite entre a percepção acerca da gestão democrática e a gestão centralizada fica tênue. Se consideradas as experiências vivenciadas por muitas trabalhadoras no mercado de trabalho, ressalta-se que a autogestão é um exercício complexo. Na **Comarp** e na **Coopersoli**, a realização de reuniões para decisão em conjunto é freqüente. Os assuntos em pauta, nesses encontros, são variados, e todos os participantes têm a possibilidade de voz e de voto. Em média, os encontros acontecem uma vez por semana e a participação faz parte do cotidiano do trabalho nos grupos. Como saliente Albuquerque (2003), a vivência desses processos é apropriada de diferentes maneiras.

Na visão de algumas trabalhadoras, relações hierárquicas ainda estão presentes nos empreendimentos. Parte das mulheres relata que “se sentem perdidas” por se tratar de uma experiência nova. A decisão coletiva é mais demorada, envolve muitas opiniões e, por isso, parece ser mais desgastante.

Eu acho que é legal a experiência. Eu acho que é uma experiência boa, só que, às vezes, é meio confusa, porque cada um dá uma opinião, então, até a gente entrar num consenso. Às vezes, demora horas, aí discute, um fala o outro fala, aí é meio complicado, mas acaba a gente chegando num consenso. No final, a gente sempre consegue. Mesmo que tem os que fica, a minoria, né, que perde, fica um pouco chateada, mas depois acostuma com a idéia. (Andressa, Coopersoli)

Por outro lado, a possibilidade de emitir opiniões e participar apresenta-se também, como uma vantagem comparativa para várias integrantes. O reconhecimento de que sua contribuição, de fato, importa para o trabalho, é significativa. Trata-se de processos aprendidos ao longo do tempo, por meio de

experimentações nos grupos, em que se é possível perceber e ser percebido. O exercício da sociabilidade, da autogestão, de ocupar cargos é importante para a busca da autonomia feminina.

Castel (1998) destaca que o núcleo da questão social hoje define-se pela existência de “inúteis para o mundo”, que vivenciam situações marcadas pela instabilidade e incerteza, na qual a formação da identidade social se apresenta fragilizada e pode, muitas vezes, trazer como consequência a vulnerabilidade social. Ao focar a análise desses empreendimentos de geração de renda, evidenciando as diferenças e desigualdades das relações de gênero, evidencia-se que a participação traz novos incentivos às mulheres. Considerando essa problemática apresentada pelo autor e a implementação de iniciativas que buscam novas formas de trabalho, como possibilidade de inserção social e construção coletiva, alguns aspectos podem ser ressaltados nesse estudo.

As mulheres entrevistadas ressaltaram o caráter público dessas iniciativas, inseridas em um movimento mais amplo, que contribui para o sentimento de valorização dessa nova ocupação. Pode-se afirmar também que esses são espaços de experimentações. As trajetórias de trabalho anteriores à entrada nos empreendimentos, muitas vezes, não proporcionavam às trabalhadoras vivências participativas e de construção coletiva. Trata-se de uma experiência inovadora, com forte caráter de aprendizado, embora não haja apropriações homogêneas.

4 - Os sentidos do pertencimento

A vivência das mulheres, nos empreendimentos solidários, possibilita impactos diferenciados na vida de cada uma das entrevistadas. De forma geral, as relações autogestionárias significam o contato com novas possibilidades. A experiência de participar de organizações solidárias pode ser permeada por sentidos diversos, mas um ponto parece ser consensual. O aprendizado, reconhecido em muitas dimensões, representa o ponto vital do trabalho coletivo. A intermediação entre público e privado, na experimentação das trabalhadoras, consiste num processo de re-significação. Conforme ressalta Guérin (2005), a inserção nessas iniciativas não consegue resolver todas as dificuldades femininas, mas é capaz de superar algumas delas. No exercício da participação, muitas trabalhadoras desenvolvem respeito por si mesmas e buscam conquistar autonomia, a partir da

definição de um projeto de vida. Aprender e reaprender coletivamente, por meio das relações de cooperação, incentivam a tomada de consciência e o acesso a direitos.

Um ponto destacado, por parte das entrevistadas, consiste no acesso ao consumo. Embora a renda nos empreendimentos ainda seja limitada e frágil, algumas mulheres ressaltaram a possibilidade de melhorias em suas condições de vida. A compra de guarda-roupa, geladeira, fogão, roupa para os filhos e até mesmo dinheiro para um passeio representam alguns dos exemplos citados pelas trabalhadoras. Trata-se da busca por independência financeira que tem impactos em suas relações privadas e na construção de sentidos sobre si mesmas. Dessa forma, a submissão feminina relacionada as questões financeiras sofre alterações em diferenciados níveis. Somam-se outros elementos relacionados as decisões cotidianas da esfera doméstica, o que possibilita às mulheres uma maior capacidade de negociação.

Ah, teve a primeira coisa que mudou é que eu consegui comprar uma geladeira com o dinheiro da Comarp. Eu fui lá abri uma conta. Eu nunca tinha comprado a prestação. Aí eu fui mais a minha irmã. Eles me perguntaram de que que eu trabalhava. Eles ligou para cá e confirmou. Eu consegui comprar a geladeira e o fogão. Eu senti como se eu fosse uma mulher, assim, trabalhadeira, né? (Selma, Comarp)

Nesse momento a minha independência financeira é importante. Uma vez que eu tô separada, não tenho uma ajuda do meu ex-marido, então, tenho a minha independência financeira. A independência que eu mantenho a minha casa. Eu mantenho os meus filhos sem ter que ficar mendigando, ter que ficar esmolando. Eu acho muito triste. Eu já passei muita necessidade na minha vida e hoje, assim, com todas as dificuldades que eu passo, consigo manter um certo padrão na minha casa. Então a Coopersoli me trouxe grandes e grandes coisas, uma independência enorme até mentalmente. (Luzia, Coopersoli)

A interação nos grupos, a experimentação do diálogo, da conversa, dos debates contribuem para a superação de limites, como a timidez, por exemplo. O acesso ao espaço público, aqui caracterizado como o trabalho nos empreendimentos solidários, proporciona a busca por conquistas coletivas e individuais, em práticas de reciprocidade. Pertencer a um coletivo contribui para que elas se sintam mais seguras e confiantes.

Eu era assim muito tímida. Nas reunião, eu passava mal. Com certeza. Nossa, eu chegava a ter cólica de nervo. (...) É porque eu não tinha essa experiência. (...) A minha dificuldade que eu encontrava era nas reunião. Mas ultimamente eu não encontro dificuldade nenhuma, sabe? Quando eu vejo uma coisa errada, aprendi uma coisa, a gente tem que saber falar com o outro. (Maricélia, Comarp)

A gente aprende a tomar as decisão. A participar mesmo. Até então eu era muito tímida, ainda sou, mas melhorei. Assim, a gente vai aprendendo a se abrir mais, a conversar mais, a dar opinião. Eu sempre era de ficar mais ouvindo. Agora eu já falo mais. Agora eu já dou um pouco mais de opinião. (Andressa, Coopersoli)

Kaztman (2001) destaca que a quebra de vínculos sociais, a fragmentação dos laços comunitários e a segregação ocupacional ou residencial são algumas das características de países da América Latina que atingem, principalmente, os pobres urbanos. O isolamento social representa rupturas essenciais nas relações em sociedade. Nesse sentido, o espaço do trabalho é privilegiado no que se refere à construção de redes de amizades, consolidação de identidades, valorização da auto-estima e construção de destinos comuns.

As trajetórias de vida das trabalhadoras da **Comarp** e da **Coopersoli** são marcadas por processos de exclusão social. Nesse sentido, a inserção nos empreendimentos solidários pode representar um espaço de convivência, capaz de proporcionar o enriquecimento de redes solidárias. Trata-se de assegurar espaços de sociabilidade, omitidos a muitas mulheres por diversos fatores. O diálogo se constitui como ponto chave dessa integração que é acompanhada por uma maior vivacidade dos laços comunitários. O sentido de pertencimento se contrapõe a idéia de exclusão e reforça o caráter do fortalecimento dos vínculos sociais. As trabalhadoras são reconhecidas e elevam sua auto-estima, pois se sentem inseridas num projeto, num trabalho e na sociedade.

A convivência acontece não só no empreendimento, mas com pessoas e entidades externas. Nesses grupos, muitas mulheres vivem as experiências de participar de reuniões, cursos e viagens fora da cooperativa ou da associação. Os espaços externos são citados como importantes para ampliação da rede de sociabilidade das trabalhadoras. O reconhecimento por meio da representação nas organizações pressupõe compromisso e responsabilidade, ao mesmo tempo em que reforça a identidade das mulheres como pertencentes a um projeto. A ampliação das perspectivas de parte das entrevistadas parece reforçar o sentido de visibilidade no espaço público. Embora várias delas reconheçam limites materiais e subjetivos nas organizações da economia solidária, a oportunidade de realizar uma atividade com reconhecimento social altera a percepção sobre a inserção na sociedade.

É um engrandecimento muito grande, né? Uma coisa que eu sempre achava que não tinha condições, que não tinha capacidade e hoje sei que sou capacitada em

muita coisa. Eu achava que não tinha capacidade, que era uma pessoa burra. Eu era dependente do próximo para poder falar, conversar, resolver. Isso me mostrou que eu tenho uma capacidade enorme, tanto de crescer, tanto de ajudar o próximo a crescer. (Luzia, Coopersoli)

Na verdade, eu me considerava assim... me considerava muito pequenininha. Eu não tenho palavra para dá isso. Eu me considerava muito pequenininha, sabe? Porque eu não tinha acesso a nada lá fora. Mas depois que eu vim para essa associação, acho que subi um grau a mais. Eu acho que tava lá embaixo, eu acho que subi um grau a mais. Isso também me anima muito. Porque eu acho que eu não era reconhecida por ninguém... Acho que ninguém me dava valor... Agora eu me considero uma pessoa um pouquinho grande. (Maricélia, Comarp)

Esse trabalho é bom demais a gente trabalhar. A minha vida mudou muito nesses três anos, sabe? Isso aqui não é um negócio só que você faz, é um **movimento**, é uma coisa que você tá construindo. Então, isso **modifica todos os dias**, não é a mesma coisa todo o dia. Cada dia que você vem para a Coopersoli é uma coisa nova que você descobre. Então a minha vida para Coopersoli deu um rumo diferente para a minha vida. De tudo, de tudo mesmo. Eu como pessoa, sabe? Assim, como **profissional** mesmo. (Silvana, Coopersoli)

Nesse sentido, a concepção de “empoderamento” parece conveniente às reflexões acerca das trajetórias das trabalhadoras nos empreendimentos solidários. León (2000) destaca que se empoderar implica a transformação do sujeito em agente ativo numa situação concreta. Significa que as pessoas adquirem o controle de suas vidas, têm habilidades de realização e definem escolhas e opções próprias. A idéia raiz é constituída pelo conceito de poder, cara aos debates feministas que, em grande parte, pressupõem as estruturas de subordinação da mulher na sociedade. A concepção está baseada em relações sociais mais democráticas e com o princípio do poder compartilhado, integrados no micro e no macro, no privado e no público, no produtivo e no reprodutivo, no local e no global. O empoderamento, entendido como auto-confiança e auto-estima, integra-se aos processos comunitários de cooperação, solidariedade e pertencimento. Dessa forma, a inserção nos empreendimentos solidários pesquisados pode incentivar às mulheres a desenvolver aptidões e acessar conhecimentos. Tais iniciativas representam vivências importantes para que elas tomem decisões de forma cada vez mais autônoma. A reflexão na esfera coletiva amplia suas percepções sobre a sociedade, o que resulta na valorização da organização comunitária da qual fazem parte. Nesse sentido, ao se perceberem como agentes capazes na participação em iniciativas autogestionárias, parte das trabalhadoras entrevistadas vivenciam experiências de empoderamento.

5 - Considerações finais

A inserção, nos empreendimentos econômicos solidários, requer o exercício da gestão compartilhada e da democracia, mesmo que existam momentos de conflitos, percebidos na pesquisa. A vivência dos espaços autogestionários constitui a conquista de autonomia, principalmente, para as mulheres. A experimentação dessas relações fortalece vínculos sociais, rompidos em processos de exclusão. O enfrentamento da pobreza está ancorado em soluções locais lideradas por trabalhadoras e articuladas com poder público e organizações não-governamentais de fomento. Embora os limites sejam bastante visíveis, principalmente, no que diz respeito aos direitos trabalhistas e a infra-estrutura desses empreendimentos, a pesquisa realizada nas diferentes iniciativas demonstrou, conforme ressalta Guérin, que tais espaços são importantes para o desenvolvimento da **justiça de proximidade**. Na perspectiva das relações sociais de gênero, a inserção das mulheres, por meio do trabalho cooperativo, nas unidades estudadas, proporcionou novas formas de sociabilidade e pertencimento.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. *In*: CATANNI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. *In*: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. *In*: Série Mujer y Desarrollo. Santiago: CEPAL, 2005.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). *In*: ROCHA, Maria Isabel Matos. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Cadernos CRH**. n. 37, jul/dez 2002. p. 11-23.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. As emancipações no presente e no futuro. *In*: **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. Empreendimentos Econômicos Solidários. *In*: CATANNI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

- GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. n.17/18, 2001/2002. p. 139-156.
- KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la Cepal**. n.75, Diciembre 2001. p. 171-189.
- LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica** v. 4, n.1, junho 2002.
- LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. *In*: ROCHA, Maria Isabel Matos. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LÉON, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Estudios feministas**. v. 8, n. 2, 2000. p. 279-281.
- LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Sociedade e cultura**. v. 9, n. 2, jul./dez. 2006. p. 303-310.
- OLIVEIRA, Orlandina de e ARIZA, Marina. División sexual del trabajo y exclusión social. **Revista latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Año 3, n. 5, 1997. p. 183-203.
- NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Sociedade e cultura**. v. 9, n. 2, jul./dez. 2006. 257-265.
- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. *In*: ROCHA, Maria Isabel Matos. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. *In*: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilane, NOBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.